

EQUATORIAL SERVIÇOS S.A. | CNPJ/MF nº 09.347.229/0001-71

A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis:

| Controladora | 2025 | | | | | |
|---|-----------------|---------------------------------|------------------|------------|----------|----------|
| | Valor contábil* | Fluxo de caixa contratual total | 2 meses ou menos | 2-12 meses | 1-2 anos | 2-5 anos |
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | | |
| Empréstimos bancários com garantia | 53.964 | 53.964 | - | 53.964 | - | - |
| Total | 53.964 | 53.964 | - | 53.964 | - | - |

| Controladora | 2025 | | | | | | Mais que 5 anos |
|---|-----------------|---------------------------------|------------------|------------|----------|----------|-----------------|
| | Valor contábil* | Fluxo de caixa contratual total | 2 meses ou menos | 2-12 meses | 1-2 anos | 2-5 anos | |
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | | | |
| Empréstimos bancários com garantia | 73.191 | 83.291 | - | 55.024 | 28.267 | - | - |
| Fornecedores | 312.018 | 312.018 | 15.092 | 296.926 | - | - | - |
| Passivo de arrendamento financeiro | 7.956 | 7.956 | 91 | 472 | 604 | 1.143 | 5.646 |
| Total | 393.165 | 403.265 | 15.183 | 352.422 | 28.871 | 1.143 | 5.646 |

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que, normalmente, não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 14 – Empréstimos e financiamentos, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (covenants). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. **(d) Risco de mercado.** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Companhia e suas controladas utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia e suas controladas buscam aplicar hedge accounting para gerenciar a volatilidade no resultado. **(e) Risco de taxa de câmbio.** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros de suas controladas estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2025, a exposição ao câmbio da Equatorial Serviços era de 100% (100% em 31 de dezembro de 2024), controlada Equatorial Telecomunicações era 100% (100% em 31 de dezembro de 2024) e da E-Nova era 0% (0% em 31 de dezembro de 2024) de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira). A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. As controladas possuem dívidas em moeda estrangeira com swap para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 21.4 - Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

| Operação | Risco | Controladora | | | | | |
|---|-------|------------------------------|------------------|----------------|-----------------|------------------|-----------------|
| | | Saldo em R\$ mil (exposição) | Cenário Provável | Cenário I +25% | Cenário II +50% | Cenário III -25% | Cenário IV -50% |
| Passivos financeiros | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | USD | (53.964) | (58.379) | (72.974) | (87.569) | (43.784) | (29.189) |
| Impacto no resultado do exercício | | | | | | | |
| Swap - Ponta Ativa | USD | 54.325 | 58.770 | 73.463 | 88.155 | 44.077 | 29.385 |
| Impacto em outros resultados abrangentes | | | | | | | |
| Impacto no resultado do exercício | | | 4.415 | 14.595 | 29.190 | (14.595) | (29.190) |
| Referência para passivos financeiros | | | | | | | |
| Dólar USD/R\$ (12 meses) | | 5,95 | 5,50 | 7,44 | 8,93 | 4,46 | 2,98 |

Fonte: B3

(f) Risco de taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia e de suas controladas. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foi demonstrada em cinco cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) desses indexadores.

| Operação | Risco | Controladora | | | | | |
|---|-------|------------------------------|------------------|----------------|-----------------|------------------|-----------------|
| | | Saldo em R\$ mil (exposição) | Cenário Provável | Cenário I +25% | Cenário II +50% | Cenário III -25% | Cenário IV -50% |
| Ativos financeiros | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | CDI | 23.246 | 26.459 | 27.262 | 28.065 | 25.656 | 24.853 |
| Impacto no resultado | | | | | | | |
| Swap - Ponta Ativa | CDI | 53.627 | 61.038 | 62.890 | 64.743 | 59.185 | 57.332 |
| Impacto no resultado do exercício | | | | | | | |
| Impacto líquido no resultado do exercício total | | | | | | | |
| Referência para passivos financeiros | | | | | | | |
| CDI (% 12 meses) | | 13,82% | 14,32% | 17,28% | 20,73% | 10,37% | 6,91% |

Fonte: B3. (g) Risco de vencimento antecipado. A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 14 - Empréstimos e financiamentos. **(h) Risco ambiental.** A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Condições, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estadual e Municipais), visando à preservação ambiental e ao respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental baseado no ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais stakeholders. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental que tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos, Educação e Consientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de proces-

so de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos. No SGA, a Companhia e suas controladas possuem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim a minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. **23.6. Gestão do capital.** A política da Administração da Companhia e de suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. **24. Demonstração dos fluxos de caixa: 24.1. Transações não envolvendo caixa.** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

| Controladora | Efeito não caixa | |
|---|------------------|-------------------------|
| Atividades de financiamento | | |
| Valor justo das opções de compra (vesting period) | | 704 |
| Hedge accounting de fluxo de caixa | | 14.799 |
| Total atividades de financiamento | | 15.545 |
| Consolidado | | Efeito não caixa |
| Atividades de financiamento | | |
| Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento | | 14.799 |
| Hedge accounting de fluxo de caixa | | 489 |
| Juros sobre o capital próprio | | 677 |
| Total atividades de financiamento | | 15.965 |

(a) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado. **24.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento**

| Operação | Risco | Página não caixa | | | |
|--------------------------------------|-------|------------------|----------------|-----------|------------|
| | | 2024 | Fluxo de caixa | Juros (a) | Outros (b) |
| Empréstimos e financiamentos | CDI | 125.894 | (39.945) | (6.971) | (5.787) |
| Instrumentos financeiros derivativos | CDI | 12.033 | (12.724) | 4.670 | (20.893) |
| Passivos de arrendamento | | 7.980 | 33 | (565) | 565 |
| Dividendos a pagar | | 12.579 | (39.945) | (6.971) | (4.647) |
| Total | | 158.486 | (52.636) | (2.866) | (30.762) |

(a) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e (b) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas e o reconhecimento de dividendos a pagar. **25. Eventos subsequentes: Aumento de capital social.** Em 07 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o aumento de capital no montante de R\$ 150.005, mediante a emissão de 3.154 novas ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 48 por ação, conforme fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A. Em 04 de março de 2026, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, a acionista única aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 6.060, mediante emissão de 85 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 71.291,87 por ação, fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José Silva Sobral Neto
Henderson Rovay
DIRETORIA EXECUTIVA
Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
Diretor-presidente
Armando de Souza Nascimento
Diretor
Enio da Cunha Leal
Diretor
Henderson Rovay
Diretor
Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC-MA 011842/O-3 S-MA

Imperatriz MPMA realiza audiência pública para tratar sobre ponto eletrônico

O Ministério Público do Maranhão realizou audiência pública no Município de Imperatriz na manhã desta terça-feira, 14, com o tema: Eficiência em Ponto. A atividade foi realizada no auditório das Promotorias de Imperatriz e contou com a participação de gestores, servidores e agentes políticos. A iniciativa é da titular da 1ª Promotoria de Justiça em Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público, Glauce Lima Malheiros, que também realizou audiências públicas com a mesma temática nos municípios de Davinópolis e Governador Edison Lobão nos dias 7 e 9, respectivamente. Glauce Malheiros abordou as garantias e deveres dos servidores públicos, ressaltando que a exigência do registro do ponto eletrônico não é uma perseguição, mas uma garantia. A representante do Ministério Público explicou que o registro de ponto se baseia nos princípios da administração pública, tais como legalidade e transparência. Ela destacou que o ponto eletrônico possibilita a fiscalização da assiduidade dos servidores, dificultando a existência de funcionários fantasmas. Ressaltou ainda que a frequência eletrônica é uma garantia de que o servidor está em efetivo exercício, gerando ainda banco de horas em caso de necessidade do serviço além do

horário de expediente. “A fragilidade dos controles manuais de frequência facilita a existência de servidores fantasmas. É injusto um servidor cumprir a carga horária enquanto outros não comparecem ao trabalho. Entendemos que cada situação é particular quanto ao registro de ponto, a exemplo de servidores que realizam atividades externas, cabendo à administração decidir sobre as especificidades necessárias”, afirma Glauce Lima Malheiros. O prefeito de Imperatriz, Rildo Amaral, parabenizou o Ministério Público pela iniciativa e relatou casos em que se verificou o registro irregular do ponto. “Enquanto servidores, precisamos dar exemplo e cumprir as obrigações devidas. Se há casos em que pessoas se abstenham de executar o serviço público com legalidade, devemos proceder à exoneração ou à instauração de procedimentos administrativos que resultam nas sanções previstas”, comentou. Compuseram a mesa de honra a promotora de justiça Glauce Malheiros, presidindo a Imperatriz, Rildo Amaral; o presidente da Câmara de Vereadores, Adhemar Freitas Júnior; a vereadora Rosângela Curado; o procurador-geral do Município, Solon Rodrigues dos Anjos Neto; e o pastor Elivaldo Gonçalves, representando a sociedade civil.

Defesa Civil Estadual reforça sistema de alertas com aumento das chuvas no estado

As chuvas mais intensas registradas em abril acendem o sinal de alerta no Maranhão. Historicamente marcado por elevados índices pluviométricos, o período exige atenção redobrada da população devido ao aumento dos riscos de alagamentos, deslizamentos e outras ocorrências associadas ao tempo severo em diversas regiões do estado. Para reforçar a prevenção e a orientação sobre esses riscos, o Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, por meio da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Maranhão, intensifica o sistema de alertas via celular. A meta é garantir que a população receba informações rápidas e atualizadas para se manter segura diante de condições climáticas adversas. A prevenção é a principal ferramenta para reduzir danos e salvar vidas, enfatiza o comandante da instituição, coronel José Ribamar Silva Júnior. “Estamos em um momento que exige vigilância constante e resposta rápida, principalmente nas áreas mais vulneráveis”, acrescentou. O serviço de alerta informa, com antecedência, sobre



situações de risco como chuvas intensas, tempestades, deslizamentos e outros eventos extremos. As mensagens são classificadas conforme o nível de perigo, podendo ser de risco moderado, alto, muito alto ou

extremo, permitindo ações de autoproteção pela população. Por conta dos impactos das chuvas, nove cidades maranhenses decretaram Situação de Emergência, até o momento; e outras 24 cidades

estão em fase de decretação, totalizando cerca de 170 mil pessoas afetadas, direta e indiretamente. O governo do Estado mantém ações de apoio às prefeituras na assistência aos atingidos, que vão de auxílio na realocação, ajuda humanitária na distribuição de itens básicos e orientação sobre riscos. Em caso de emergência, acionar a Defesa Civil Estadual pelo 199 ou o Corpo de Bombeiros no 193. **COMO CADASTRAR** O cadastro no sistema de alertas é gratuito. Basta enviar um SMS com o CEP para o número 40199 e após cadastrado, passará a receber notificações preventivas, diretamente no celular. É possível cadastrar mais de um CEP no serviço e assim, ampliar o monitoramento de diferentes áreas, como residência, trabalho ou locais de familiares. O coronel Silva Júnior apontou a importância da adesão ao sistema. “A informação chega antes do desastre. Quando a população recebe o alerta com antecedência, ela tem mais chance de se proteger e evitar tragédias”, justificou.

ABIHV lança Nota Técnica sobre competitividade de combustíveis limpos
Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verdes aponta ainda janela estratégica para o Brasil

A Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV) acaba de lançar a Nota Técnica “Combustíveis limpos e de transição: análise comparativa”, um estudo que avalia a competitividade econômica de alternativas sustentáveis em relação aos combustíveis fósseis, com foco nos horizontes de 2025 e 2030. O documento destaca que a transição energética global vai além de uma agenda ambiental e se

consolida como uma oportunidade estratégica de reindustrialização para o Brasil, com potencial de atrair investimentos, gerar empregos qualificados e fortalecer a indústria nacional. Entre as principais conclusões, a Nota Técnica aponta que, embora os combustíveis fósseis ainda apresentem vantagem de custo no curto prazo, a competitividade das alternativas limpas avança rapidamente. Projeções indicam que o custo do

hidrogênio verde pode cair significativamente até 2030, em regiões com alta disponibilidade de energia renovável, como o Brasil. O estudo também ressalta o impacto da precificação de carbono na dinâmica de mercado. Com valores em torno de US\$100 por tonelada de CO₂, o hidrogênio verde tende a atingir paridade econômica com o hidrogênio de origem fóssil, reduzindo o chamado “prêmio verde” e ampliando as

possibilidades de adoção em larga escala em setores industriais e de transporte. Outro ponto de destaque é a logística e o comércio internacional. A análise indica que a amônia verde desponta como a principal rota para exportação de hidrogênio de baixo carbono, devido à sua maior densidade energética e à infraestrutura já consolidada, enquanto o hidrogênio em estado puro tende a ser mais competitivo em mercados regionais.